

## Trabalha em duas escolas? Fique atento ao desconto do INSS

Os salários de maio que começam a ser pagos na próxima semana virão reajustados em 6,5% para os professores e auxiliares de educação básica e 8% para os professores do Sesi e do Senai.

Por causa do reajuste, quem trabalha em mais de uma escola deve prestar atenção à contribuição previdenciária para que o desconto somado em todas as fontes não exceda o valor máximo, que é de R\$ 430,78.

Se a remuneração em uma das escolas for igual ou superior a R\$ 3.916,20, o INSS deve ser integralmente descontado sobre esse salário. A escola deve informar que faz o recolhimento integral para evitar desconto nas demais fontes. Entregue a declaração em todas as escolas.

Além de ser mais fácil de conferir, o desconto em uma única fonte favorece o trabalhador na hora da aposentadoria.

Mas se nenhum de seus salários atingir os R\$ 3.916,20, a contribuição previdenciária é feita em todos os holerites. Para que o cálculo seja feito corretamente, você deve informar todas as escolas os novos salários, já reajustado.

A forma como o INSS é descontado varia de acordo com os valores dos salários. Veja aqui como proceder.



**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**Debatedores convidados**

**Dr. Stéfanis Caiaffo**  
Professor Adjunto de Psicologia e Política da Universidade Federal de São Paulo. É pesquisador do GEPEX/DH (Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas de Segurança, Justiça Criminal e Direitos Humanos) e do Laboratório de Artes do Corpo, ambos na UNIFESP. Mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela PUC do Rio Grande do Sul. Doutor em Psicologia Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Atualmente dedica-se a pesquisar temáticas ligadas à violência, ao crime e às formas atuais de tutela e punição.

**Dra. Maria Izabel Calil Stamato**  
Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, Especialista em Estatuto da Criança e do Adolescente, Coordenadora e Professora do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Santos, Supervisora de Psicologia Institucional e Comunitária, Supervisora Técnica de CRAS, CREAMS e Serviços de Acolhimento em Praia Grande, São Vicente e Guarujá. Autora do livro: Da Rua para a Cidadania e coautora de Trabalho do Adolescente: Mitos e Dilemas e Adolescências Construídas: uma visão da Psicologia Sócio Histórica.

**JUDICIALIZAÇÃO E PATOLOGIZAÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE NA BAIXADA SANTISTA**

Judicializar e Patologizar são transformar questões de ordem social, educacional, política, afetiva em “doenças individuais”.  
Nesse processo, que gera sofrimento psíquico, a criança ou adolescente são responsabilizados pelos problemas decorrentes, enquanto governos, autoridades e profissionais são eximidos de suas responsabilidades.

Esta Audiência Pública é uma oportunidade para reflexão conjunta, na busca de novas possibilidades, outros olhares para os problemas na área da educação e saúde. Respeitando-se as diferenças e buscando novas soluções para antigos problemas, convidamos a todos a contribuir com esse debate.

**DATA:** 30/05/2012  
**HORÁRIO:** 19H00  
**LOCAL:** Câmara Municipal de Santos  
Praça Tenente Mauro Batista Miranda, n. 01, Vila Nova, Santos/SP

**Realização**  
Prefeitura Municipal de Santos – Gabinete Vereador Reinaldo Martins  
Conselho Regional de Psicologia de S. Paulo  
Núcleo Baixada Santista do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade



**Leia e Assine o Manifesto de Lançamento do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade.**

## PEC do Trabalho Escravo é aprovada na Câmara dos Deputados

**Brasília** A Proposta de Emenda Constitucional 438/2001 foi aprovada por 360 votos em segundo turno na Câmara dos Deputados na noite desta terça-feira, 22. Dos 414 presentes, além dos que se mostram favoráveis, 29 votaram contra e 25 se abstiveram (confira as [posições assumidas pelos 513 integrantes da Câmara Federal](#)). Eram necessários 308 votos favoráveis para a PEC do Trabalho Escravo avançar.

A vitória foi comemorada com os parlamentares cantando o Hino Nacional. O texto agora volta para o Senado por ter sofrido uma alteração para inclusão de propriedades urbanas na votação em primeiro turno, realizada em 2004. Todos os partidos declararam apoio à medida. O PTB inicialmente se posicionou contra, mas durante a votação recuou e mudou a orientação à bancada. A medida determina o confisco de propriedades em que for flagrado trabalho escravo e seu encaminhamento para reforma agrária ou uso social.

Os deputados ligados à Frente Parlamentar da Agricultura, que formam a bancada ruralista, chegaram a tentar esvaziar o plenário para evitar o quórum necessário e, assim, derrotar a medida, mas não conseguiram. Apesar de publicamente se posicionarem em favor da lei, os ruralistas fizeram ressalvas durante todo o tempo e insistiram em cobrar mudanças na definição sobre escravidão contemporânea.

Os ruralistas querem que a definição sobre o crime prevista no Artigo 149 do Código Penal seja revista. Derrotados, devem aumentar a pressão por alterações. Apesar das críticas dos opositores, a definição atual é considerada adequada não só pelas autoridades envolvidas no combate à prática, incluindo auditores e procuradores, como também pela sociedade civil. Nos últimos dias, representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) declaram apoio não só à PEC, como também a legislação atual e declararam que o Brasil é modelo em repressão ao trabalho escravo.

No início da sessão, o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS) prometeu manter o acordo feito na primeira tentativa de votação, nos dias 8 e 9 de maio, que prevê a criação de uma comissão mista de deputados e senadores para discutir o tema e estudar eventuais melhorias no combate à prática. A discussão, no entanto, deve se limitar a como regulamentar o texto aprovado e não incluir mudanças no conceito atual de trabalho escravo como pretendem os ruralistas.

Por Daniel Santini

Fonte: [Fepesp](#)

# O fim do fator previdenciário e o dia seguinte

A Comissão de Seguridade da Câmara dos Deputados realizou (15/05) audiência pública para discutir o fim do fator previdenciário e as alternativas possíveis para acabar com o redutor.

Realizada por iniciativa dos deputados Amauri Teixeira (PT-BA), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Roberto de Lucena (PV-SP), a sessão contou com a presença de Álvaro Sólton de Franca, presidente da Anfip - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; Leonardo José Rolim, secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social; Pedro Armengol, diretor executivo da CUT e Marcos Barroso de Oliveira, advogado e diretor da Casa do Aposentado da Bahia.

Em comum, todos os convidados criticaram o fator previdenciário e ressaltaram que a conjuntura econômica e política do país é favorável à mudança nas regras. Quanto às alternativas possíveis ao fator previdenciário, já não houve unanimidade.

Pedro Armengol, da CUT, lembrou que o debate previdenciário no mundo todo está centrado no aumento da idade mínima e isso precisa ser evitado no Brasil. Por esse motivo, a CUT defende a chamada fórmula 85/95, no qual o trabalhador poderia adiar a sua aposentadoria até que a soma de idade e tempo de contribuição chegasse a 85 anos (mulher) ou 95 (homem). Nesse caso, receberia o benefício integral.

Por duas vezes, o deputado Arnaldo Faria de Sá fez uma provocação, perguntando se a Central admitiria discutir a instituição de idade mínima. Segundo o dirigente, a fórmula 85/95 é a alternativa para impedir a reintrodução do debate sobre o limite de idade.

O presidente da Anfip também defendeu a fórmula 85/95 como uma "*possibilidade de negociação*" e apelou às Centrais para que não percam a oportunidade de negociar o fim do fator. Em 2008, uma proposta aceita pelo governo foi inviabilizada depois que algumas centrais e a Cobap, confederação dos aposentados, retiraram-se das negociações.

Sólton afirmou que o "*fator não é uma política previdenciária, mas um ajuste fiscal, que não respeita os princípios constitucionais da seguridade social - universalização, equidade e solidariedade*". Ele lembrou que a seguridade tem um superávit de R\$ 77 bilhões, considerando todas as fontes de custeio. Não fossem as renúncias fiscais, o superávit excederia os R\$ 100 bilhões.

Para Oliveira, da Casa do Aposentado da Bahia, substituir o fator pela fórmula 85/95 é "*trocar seis por meia dúzia*". Ele não propôs nenhuma outra alternativa.

## A posição do governo

Mostrando-se favorável ao fim do fator previdenciário, o representante do governo, Leonardo Rolim, defendeu a sua substituição por uma alternativa que assegure sustentabilidade do sistema no futuro.

Segundo o secretário, a previdência urbana tem hoje um superávit de R\$ 21 bilhões, ou R\$ 39 bilhões, considerando as renúncias fiscais. Mas é preciso pensar num outro modelo de custeio das aposentadorias urbanas por conta da mudança na estrutura etária da população.

"*O governo entende que o fator é inadequado, mas que não pode simplesmente ser extinto. É preciso encontrar alternativa que cumpra o papel de adiar a aposentadoria, sem reduzir o benefícios*", afirmou o representante do Ministério da Previdência.

Rolim reconhece que não há ambiente político para discutir o limite de idade, mas disse que existem outras possibilidades, como aumento do tempo de contribuição, por exemplo.

Sobre a fórmula 85/95, Rolim afirmou que o governo não tem "*uma posição fechada*", mas deu uma pista: qualquer que seja a mudança, ela tem que ser simples, compreensível para a população. E a seu ver, esse atributo passa longe da proposta que permite ao trabalhador optar entre o fator ou a fórmula 85/95.

# Salários de maio serão reajustados em 6,5%

Os salários na educação básica - professores e auxiliares de administração escolar - serão reajustados em **6,5%** a partir de maio. O índice integra a proposta definida nas negociações intersindicais e aprovada nas assembleias realizadas no Estado, entre os dias 03 e 05 de maio.

No dia 07, foi divulgado um **comunicado conjunto** informando o índice e os pisos salariais, para assegurar a aplicação imediata do reajuste, principalmente para as escolas que antecipam vale salarial no meio do mês.

## Reajuste e aumento real 2012 e 2013

A nova Convenção Coletiva assegura reposição integral da inflação e aumento real nos dois anos: **1,2%** em 2012 e **2%** em 2013.

Em 2012, o índice totaliza **6,5%**. Excepcionalmente neste ano, o percentual será aplicado a partir de maio (em 2013, o reajuste vale a partir de março). Mas atenção! As escolas que deram antecipações em março ou abril não poderão tomar de volta os valores já pagos.

A não retroatividade do reajuste de 2012 foi o acordo possível para assegurar aumento real em valores maiores ao que as escolas defenderam durante toda a negociação. A diferença de março e abril será compensada em parte pelo aumento da PLR e em parte pelo ganho real, definitivamente incorporado aos salários.

- [Confira aqui como calcular o reajuste e os pisos salariais](#)

## PLR aumenta para 24%

A Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) sobe de 21% para 24%, em 2012 e 2013. A escola que não pagar, deve acrescentar ao reajuste mais 2%. É possível que o ganho seja um pouco maior, caso o Congresso aprove a isenção de imposto de renda na PLR. *(veja mais)*

## Cláusulas sociais

Algumas cláusulas sociais terão a redação alterada. Entre elas, a que disciplina o pedido de demissão no final do ano letivo, assegurando ao professor o recebimento do recesso. Confira abaixo todas as mudanças.

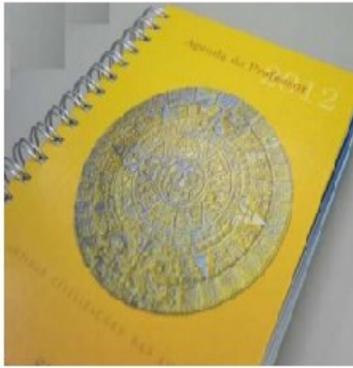
Veja no quadro abaixo as principais mudanças.

<b>Vigência</b>	
<b>Duração da Convenção</b>	Dois anos, de 1º de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2014.
<b>Cláusulas econômicas</b>	
<b>Reajuste em 2012</b>	<b>6,5%</b> a partir de 1º de maio de 2012 (reposição integral da inflação + <b>1,2%</b> de aumento real)
<b>Reajuste em 2013</b>	reposição integral da inflação + <b>2%</b> de aumento real a partir de 1º de março de 2013
<b>Participação nos Lucros</b>	<b>24%</b> em 2012 e em 2013

## Cláusulas sociais

A proposta prevê a renovação das cláusulas, com algumas mudanças:

<b>Holerites</b> professores	<p>A discriminação da carga horária semanal no holerite passa a ser obrigatória também para os professores mensalistas de educação infantil a 5º ano.</p> <p>A mudança é importante para o controle das horas extras.</p>
<b>Pedido de demissão no final do ano letivo</b> professores	<p>A proposta amplia o prazo para o professor pedir demissão no final do ano e garantir o salário até 20 de janeiro.</p> <p>Atualmente, o professor tem que pedir demissão nos sete dias que antecedem o recesso. A redação proposta refere-se simplesmente à comunicação “no final do ano letivo”, sem definir prazo.</p> <p>Essa cláusula é muito importante para proteger professores contra escolas que ainda resistem em pagar o recesso para quem pede demissão.</p>
<b>Bolsa de estudo</b> professores / auxiliares	<p>Inclusão de novo parágrafo para tornar mais claro que as bolsas se limitam à anuidade escolar, inclusive matrícula.</p> <p>Se itens como alimentação, apostilas ou material escolar estiverem incluídos no valor da anuidade (ou mensalidade), os filhos dos professores e auxiliares terão direito, sem nenhum ônus.</p>
<b>Garantia semestral de salários</b> professores	<p>A proposta altera o tempo mínimo de serviço para o professor ter direito à Garantia Semestral de Salários. O requisito passa a ser de 18 meses para todos (atualmente, esse tempo varia entre 12 a 23 meses de serviço, dependendo da data de admissão do professor).</p>
<b>Indenização proporcional por tempo de serviço - 2 dias por ano</b> professores / auxiliares	<p>Supressão da cláusula em virtude da Lei 12.506, de outubro de 2011, que criou o aviso prévio proporcional por tempo de serviço de 3 dias/ano trabalhado.</p>



## Professor: não deixe de buscar sua Agenda 2012

A “Agenda do Professor 2012” foi feita especialmente para a organização do professor. Ela tem como tema as antigas civilizações das Américas e contém diversas informações e fotos sobre estes importantes povos a cada mês. A agenda também tem um espaço específico para você colocar seus horários de aula, fazer seu planejamento salarial e anotações diversas. Além disso, uma seção com importantes orientações sobre os direitos e as relações de trabalho dos professores.

**Para os professores sindicalizados a agenda já está à disposição para ser retirada aqui no sindicato. – Av. Ana Costa, 145, em Santos - Para os demais professores, ao se sindicalizarem receberão também este instrumento de organização feito especialmente para a categoria. Então, não deixe de se sindicalizar. A união é importante para manter a força do Sindicato. Vamos mudar juntos.**

### SINDICALIZE-SE

A união é importante para manter este sindicato forte. E assim, podemos continuar a lutar pelos direitos da categoria. Professor, não deixe de se sindicalizar. O SINPRO Santos está aqui para apoiá-los, Vamos mudar juntos!

### DENÚNCIA

Professor, não deixe passar nenhuma irregularidade na instituição em que você ensina. Entre em contato com o SINPRO Santos e denuncie. Telefone: 3234-1071

### SINPRO Santos nas redes sociais

Para criar uma maior aproximação com você, professor, criamos uma página no Facebook e uma conta no Twitter. Estes novos meios serão mais uma ferramenta para deixá-los atualizados e manter contato com a categoria. Não deixe de acessar.

Clique nos links abaixo

[Facebook](#)

[Twitter](#)

## Convênios



**Maysa Gomes Araujo**  
 Estética - Odontopediatria  
 Prótese - Endodontia  
 CRO 24.988

\* Tabela de preços do SinproSantos  
 \* Parcelamos o seu Tratamento em até 10 vezes

R. Goiás, 119 - Santos - SP    Tel: 3235-7475 / 3221-3948